



A formação do território da terra indígena Serra da Moça: Recuperando memórias Wapichana sobre o esbulho territorial e o processo de territorialização¹

Eriki Aleixo de Melo

Neste trabalho pretendo descrever e refletir acerca da formação do território Wapichana, na Terra Indígena Serra da Moça, sob a luz das orientações da antropologia histórica conforme proposto por Oliveira (2016; 2022) e Pacheco de Oliveira e Quitero (2020). O objetivo é compreender as "significações dos fenômenos sociais contemporâneos" (Oliveira, 2022) que constroem as memórias e representações dos Wapichana, além de tentar entender não apenas as configurações territoriais, mas também as reivindicações políticas coletivas, especialmente no que se refere ampliação territorial.

Explorar esses processos históricos permite enxergar como as configurações atuais do território Wapichana foram marcadas por uma relação de dominação e uma ideologia racista como apontado nos relatórios oficiais da Província do Amazonas, apresentados por Vieira (2003) que viam a região amazônica enquanto “vazio demográfico”, o que ocasionava em múltiplas invasões e conseqüentemente no aumento dos números de fazendas particulares. O modelo de demarcação de terras indígenas em formatos de ilhas foi resultado deste processo de “ilhamento”, o que os povos indígenas da região foram submetidos. Recuperar esta história e as dimensões da dominação e da territorialização, conforme Oliveira (2018) permite melhor compreender as razões das forças locais das lutas e das mobilizações indígenas por ampliação da terra.

Para tanto, apresento duas situações históricas cruciais: a expansão da fronteira pecuarista iniciadas no final do século XIX (Santilli; Farage, 2022) e as demarcações das terras indígenas iniciadas durante a ditadura militar na década de 1970. Valho-me de biografias produzidas sobre a implantação do projeto pecuarista na região do rio Branco

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia. Agradeço ao Fundo de Pesquisa da Amazônia – Fapeam que financiou esta pesquisa. E ainda aos editais da CAPES PROAP e FAPEAM POSGRAD 2023-2024 que custeou ajuda de custo para participar deste evento. Este trabalho corresponde a uma versão parcial do segundo capítulo da tese de doutoramento intitulada “Narrativas indígenas no contexto da expansão das fronteiras agrícolas em Roraima” produzida no âmbito do PPGAS/UFAM.

para esta primeira parte e para a segunda o relatório de identificação das terras indígenas em Roraima produzidas por grupos de trabalhos criados pela Funai desde a década de 1970. As ações destas situações são dispostas na ordem cronológica, como foram apresentadas por historiadores e antropólogos que se dedicaram a estudar a região do rio Branco e os povos indígenas de Roraima. No entanto, a produção de memórias e de representações acerca da formação territorial e das relações entre indígenas e fazendeiros apresentam temporalidades diversas e não restritas às cronologias, conforme aponta Oliveira (2022). As memórias dos Wapichana sobre as invasões foram construídas de diversas formas e experiências, especialmente na relação clientelista em que estavam envolvidos. Além de uma outra forma de concepção de temporalidade, os Wapichana incorporaram as figuras dos invasores, assim como de sujeitos indígenas, principalmente dos homens que foram os trabalhadores como vaqueiros nas fazendas particulares de diferentes formas. Não à toa que existem diversas narrativas mitológicas que tratam de ações subversivas de vaqueiros que desafiaram seus padrões e tornaram-se encantados habitando outros planos de existência.

Espero fornecer uma compreensão mais profunda das dinâmicas históricas e sociais que afetam a Terra Indígena Serra da Moça, destacando as complexas interações entre história, território, cosmologia e política

A fronteira pecuarista e o avanço das invasões nos territórios indígenas

Desde o final do século XVIII é que a região do rio Branco terá contato com o gado bovino ao serem implantadas as fazendas reais: São Bento, São José e São Marcos (Santos, 2010). Esta iniciativa visava garantir a ocupação portuguesa na região como também integrar a região ao mercado interno colonial.

Farage e Santilli (1992, p. 267) afirmam que, devido ao fato de a colônia inglesa, atualmente conhecida como República Cooperativista da Guiana, estar focada na produção de açúcar durante o século XVIII, a pecuária só começou a ganhar espaço na região do rio Branco na década de 1890, inicialmente em pequena escala. O desenvolvimento em moldes empresariais ocorreu apenas na década de 1930, apoiado pelo uso de mão de obra indígena.

Parafraseando Santilli (1994) Santos (2010) e Ribeiro (2018) afirmam que além do empreendimento das fazendas nacionais, um outro movimento que estaria ocorrendo

na região amazônica favoreceu a atividade pecuarista que se tratava de colonos que trabalhavam com o extrativismo na região do baixo rio Branco.

Além de ocuparem o território do rio Branco, muitos migrantes nordestinos, especialmente os maranhenses, vieram para esta região fugindo da seca de 1877 no Nordeste. Eles se fixaram na área e se dedicaram à criação de gado (CIDR, 1989).

Ribeiro (2018, p.28) destaca que ao longo do século XIX esse movimento foi preponderante para criação das fazendas particulares, que aos poucos começaram a se multiplicar tanto nos limites das terras das fazendas nacionais como invadindo os territórios indígenas. A autora afirma que estes extrativistas que trabalhavam na região do baixo rio Branco tomaram iniciativas de arrebanhar o gado que vivia solto nos campos gerais, criando assim as primeiras fazendas particulares. Estas fazendas multiplicaram tanto em territórios tradicionalmente ocupados por indígenas quanto nos limites das ditas fazendas reais.

Este novo cenário é trazido pela autora a partir dos relatos do etnólogo Koch-Grünberg, que anos mais tarde passou pela região e descreveu que tinham estabelecidos um grande número de pessoas, criadoras de gados nas imensas terras do Estado. Estes particulares tinham tomado posse ilegalmente das terras e puseram suas marcas nos gados que encontraram pastando nos campos gerais. Na fazenda São Marcos por exemplo, existiam 18 a 20 mil cabeças de gados, dos quais, porém apenas cerca de 5 mil pertenciam ao Estado. Estas invasões deram o tom das invasões dos territórios indígenas que foram sendo ilhados em pequenas aldeias. Koch-Grünberg passou pela região do rio Branco durante os anos e 1911 e 1912.

Sobre este período, Santilli afirma o seguinte:

Em seu início, durante as últimas décadas do século XIX e as duas décadas iniciais do século XX, a expansão pecuarista incidiu, de modo mais concentrado, nos vales dos rios Cauamé, Uraricoera e Amajari, porção oeste da região de campos, com a instalação de posses privadas dispostas por colonos em terras ocupadas tradicionalmente pelos índios, especialmente os Wapixana (2001, p.38, grifo meu)

Esta região é onde se localizam a maior parte das terras indígenas em formatos de ilhas, ou seja, o avanço da pecuária sobre essas terras ocorreu de forma gradual, e embora se afirme que atividade pecuarista entre em declínio no final da década de 1910, é possível recuperar nas memórias de indígenas diferentes formas de invasões que

penduram durante todo o século XX. Santilli (2001) afirma que a atividade pecuarista rumou para o leste de Roraima, incidindo prioritariamente sobre a região compreendida como vale do rio Tacutu, ocupados principalmente por povos Macuxi.

Repetto (2008) ao tratar também invasões de territórios indígenas afirma que a prática de grilagem de terras por particulares recobria em territórios tradicionalmente ocupados, já que, de acordo com a Constituição de 1891², incluía em terras devolutas as referidas áreas como patrimônios da União.

Ao rediscutir a questão indígena em Roraima, a Diocese de Roraima produziu uma série de materiais de denúncia. Entre esses materiais, destacam-se dois trabalhos da coleção Histórico-Antropológica: "Índio em Roraima: Macuxi, Taurepang, Ingaricó, Wapixana", publicada em 1989, e "Índios e Brancos em Roraima", publicada em 1990. Esses livros revelam que muitos fazendeiros, junto com seus empregados, "invadiam repetidas vezes malocas Wapichana e Ataraiú, estuprando mulheres e matando vários índios" (CIDR, 1990, p.24). Durante o período do Império e também após a Proclamação da República, vários fazendeiros tornaram-se ricos proprietários à custa das fazendas do Rei. Recorrendo a Repetto o autor afirma que existiram diversas modalidades de dominação e invasões de territórios indígenas:

Os projetos de dominação sobre as populações e sobre os territórios indígenas, tanto colonial quanto republicano, instauraram diversas instituições e categorias sociais para legitimar suas práticas: fazendas, retiros de gados, missões religiosas, escolas, internatos tornaram-se eficientes mecanismos de absorção, não apenas de mão-de-obra indígenas, mas também de territórios, de almas e de cidadãos (2008, p.26).

Santos (2010) revela que entre os colonos que se tornaram ricos proprietário de terras, a pecuária aparece enquanto um traço marcante da memória e identidade, especialmente entre a elite local, e que segue alimentando com objetivo de manter o *status quo*, visto que estas memórias remetem à uma noção das famílias que se denominam enquanto tradicionais ou pioneiras que ocuparam os “vazios demográficos” na Amazônia, pensamento este que eram reforçados nos relatórios de militares e presidentes das províncias durante o período colonial.

² “A Constituição de 1891, como se sabe, foi omissa quanto à situação jurídica dos povos indígenas e de seus territórios. Além disso, o artigo 64 da Constituição de 1891, reservando as áreas de fronteiras e outras necessárias ao governo federal, delegava legislação supletiva sobre as terras devolutas aos governos estaduais, o que abria ampla margem à manipulação política local” (FARAGE; SANTILLI, 1992, p.274).

Ao contrário desta visão distorcida das elites locais e dos presidentes e províncias, muitos autores têm apontado que sem as populações indígenas, seria impossível colonizar essa região. Nádia Farage (1986) destaca que populações indígenas que habitavam a região do rio Branco foram utilizadas como “as muralhas dos sertões”, para garantir as fronteiras contra os espanhóis e holandeses.

Seguindo a mesma linha, analisando Farage e Santilli (1992), Vieira (2003) afirma que conquistar a simpatia dos indígenas enquanto estratégia de dominação, principalmente por serem maioria, foi de extrema importância para o projeto da coroa portuguesa, especialmente no então vale do rio Branco, já que a mão de obra negra não foi tão fortemente empregada na Amazônia em especial no alto rio Branco. Os indígenas foram recrutados para que trabalhassem como vaqueiros, remeiros, empregos domésticos outras profissões nas fazendas particulares³.

Isso não quer dizer que os povos indígenas aceitavam de bom grado, pois de acordo ainda com Farage e Santilli (1992, p.271), mesmo havendo uma remuneração para os indígenas, muitos acabavam fugindo para os territórios que ainda não haviam sido invadidos, ou territórios de difícil acesso.

Nesse cenário que estava se formando,

Com a arregimentação voltada para o extrativismo – que sagrava a população indígena do alto rio Branco em direção ao baixo rio e ao vale do rio Negro -, a pecuária, empreendida por colonos civis fixa a mão de obra na região e inaugura a disputa pela terra (FARAGE;SANTILLI, 1992, p.271).

Vieira (2003, p.38) reforça que:

A pecuária, levada adiante por colonos, teve como primeira consequência a disputa pela mão-de-obra indígena entre os primeiros fazendeiros. Mais do que isso, as terras indígenas passaram então a ser alvo de cobiça, não mais por portugueses, mas de brasileiros, dando posteriormente origem aos grandes latifúndios em Roraima; isso porque a expansão da pecuária, idealizada no final do Século XVIII, teria seus primeiros frutos nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, dando finalmente uma base econômica de sustentação para a região, ocupando cada vez mais as terras indígenas pela violência, escravidão, como também pelos mais variados expedientes jurídicos.

³ A utilização da mão de obra indígena na região amazônica está relacionada às dificuldades em trazer escravos negros, devido, principalmente, às condições geográficas da região e a distâncias das colônias centrais.

Quando se é consolidado o projeto da pecuária e a ocupação em quase sua totalidade, ocasionando na eliminação de várias etnias, um novo modelo econômico vai sendo instalado no país durante os primeiros passos da república brasileira; e isso reflete também na região do rio Branco.

Se no primeiro momento, especialmente durante o período colonial, a mão de obra indígena foi de fundamental importância para que se tivessem trabalhadores nas fazendas, após essa consolidação do projeto pecuarista, tanto no Sul, como no Nordeste, a mão-de-obra indígena passa a se converter também numa questão territorial, tal como afirma Cunha (1992, p.133) pois “a questão indígena deixou de ser essencialmente uma questão de mão-de-obra para se tornar uma questão de terras”.

A entrada de um modelo econômico dentro da lógica colonial, idealizadas pelas elites do sudeste brasileiro, particularmente os cafeeiros, mesmo que pouco, como afirma Monteiro (1990, p.306) “por longo tempo, a Amazônia permanecerá isolada e com uma economia estagnada, à espera dos projetos madeireiros, mineradores e pecuarista que irão destruir a selva a partir dos anos 1970”, influenciando nos conflitos agrários na região do rio Branco.

Decorrente deste cenário, grilagem de terras, aparatos judiciais, uma nova organização social vai se criando, e as populações indígenas vão ocupando um espaço cada vez mais baixo dentro desta nova hierarquia, perdendo territórios, sendo impedido de acessar lugares de caça, pesca. Esse cenário só vai agravando ainda mais no decorrer do século XX com a chegada de outros projetos.

Conforme apontado por Rodrigues (1996), a atividade pecuarista entra em declínio por volta da década de 1910 e que volta à ascensão na década de 1950. Neste hiato, a atividade garimpeira toma conta do cenário econômico e social, ocasionando ainda mais nas perdas territoriais dos povos indígenas, além de inúmeras aldeias terem sumidos devido sua população terem morrido decorrente de epidemias de gripes, sarampo e outras doenças trazidas pelos invasores.

Em 1943, quando então cria-se o Território Federal de Roraima e o desmembramento do Estado do Amazonas, Santilli (2001) afirma que essa ação possibilitou uma relativa autonomização administrativa da sociedade regional, o que trouxe um enorme impacto à formulação da política fundiária relativa às terras indígenas. Soma-se a isso a instalação de duas agências indigenistas implementadas no início do século XX, qual seja o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e a missão evangelizadora beneditina, fundada às margens do alto Rio Surumu, entre as aldeias Macuxi (Santilli,

2001 apud Santilli, 1994). Sobre estas mudanças nas relações entre indígenas e fazendeiros e em diversos procedimentos clientelistas falaremos adiante.

Santo (2010) recuperando os trabalhos de Antônio Teixeira Guerra afirma que bem junto à década de 1960, a pecuária ainda se tratava de uma atividade tradicional dos campos do rio Branco, praticada com técnicas rudimentares, com perspectiva reduzidas de desenvolvimento e pouco atraente para novos investidores. Afirma ainda que ao longo deste período, na segunda metade do século XX, as transformações econômicas foram decorrentes de uma política local, especialmente durante a ditadura militar. No início do governo do General Ernesto Geisel (1974-1979), o Coronel Fernando Ramos Pereira foi enviado para o Território Federal de Roraima, assumindo o cargo em abril de 1974. Durante seu mandato, seguiu rigorosamente o plano do governo federal, cujo lema era "ocupar para desenvolver e integrar." O Coronel trabalhou obstinadamente pela construção de uma hidrelétrica na região, além de estradas, pontes, uma rodoviária e meios de comunicação. Durante sua gestão, a televisão foi implantada no território, juntamente com emissoras de rádio e televisão. Seu objetivo era fornecer uma infraestrutura moderna que promovesse o desenvolvimento da região. No entanto, Santos afirma que talvez devido à ausência de outros parceiros do ramo da indústria e de novas tecnologias adequadas a um projeto moderno, os esforços se voltaram para as atividades tradicionais, mais especificamente para a agropecuária, o que envolveu uma forte política preocupada com este setor, com assentamentos de colonos em agrovilas e produção de arroz.

Os anos de 1960 a 1970 marcam um período de grandes mudanças na relação entre povos indígenas, estado e fazendeiros, especialmente em Roraima. O período constitui o despertar dos povos indígenas e da força de suas mobilizações organizadas e o surgimento de várias organizações, associações, federações e outras formas associativas. Bethonico (2021, p.5) afirma que “no período de nascimento do movimento indígena em Roraima, na década de 1970, o Brasil assistia ao momento que marca a história da Amazônia, que ficou conhecido como o milagre econômico, focando em ações de investimentos em infraestrutura e prospecção mineral”.

A visão de que indígenas eram empecilhos ao desenvolvimento econômico foi cada vez mais reforçada quando se falava no progresso na Amazônia. Tratores abrindo estradas, como aponta Cunha (1992) forçaram o contato com grupos isolados, chegando a quase exterminar aldeias inteiras, como aconteceu com os Waimiri-Atroari, como apontado em trabalho realizado por um grupo de pesquisadores coordenado por Egidio

Schwade e Wilson C. Braga Reis através do Comitê Estadual de Direitos à Verdade, à Memória e à Justiça do Amazonas. O relatório aponta o desaparecimento de mais de 2.000 Waimiri-Atroari quando ocorreu a abertura da BR-174 que liga Manaus/AM a Boa Vista/RR entre os anos de 1972 a 1977 (Comitê Estadual de Direitos à Verdade, à Memória e à Justiça do Amazonas, 2014).

Este modelo de desenvolvimento desenfreado e violento foi fundamentado por um discurso de ódio aos povos indígenas, atribuindo a demarcação de seus territórios um risco às fronteiras nacionais. A Terra Indígena Raposa Serra do Sol constitui uma das principais áreas tradicionalmente ocupadas a serem questionada sua demarcação no formato demandado pelos indígenas, já que estes reivindicavam que fosse demarcado em áreas contínuas e não ilhas.

O caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol ganha destaque por ser palco de uma das maiores disputas entre indígenas, estado e fazendeiros. A atuação da igreja católica, com destaque aos missionários das Ordem da Consolata constituiu elemento importante para organização coletiva das lideranças indígena. O movimento indígena em Roraima para Vieira (2003), está ligado, principalmente à mudança na postura da Igreja Católica na década de 1960. Vieira afirma que está mudança aconteceu na II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, que ocorreu em agosto de 1968, em Medellín, na Colômbia. Neste encontro, foi-se pensando em novas formas de atuação dos missionários para com os povos indígenas, que ainda de acordo com Vieira, foi-se abandonando a prática da catequese da desobriga, que consistia em transformar indígenas em sujeitos cristãos, servos da Igreja Católica, e passa a adotar uma prática de catequese conjugada a uma conscientização política. No entanto, Santilli (2001) afirma que as lideranças que participavam das assembleias organizada pelos missionários eram oriundos de aldeias onde os missionários concentravam sua atuação, ou seja, na região das serras, que era onde estavam localizadas as aldeias que habitavam indígenas que haviam fugido da colonização, diferente daqueles povos que habitavam os lavrados, região mais impactada pela fronteira pecuarista, especialmente os Wapichana. Já na região das serras, Santilli afirma que os missionários julgavam que ali “os índios seriam mais autênticos, originais, menos corrompidos pelos brancos, porque mais distante das sedes das “fazendas”, dos povoados e, portanto, o contato seria menos intenso, menor o trânsito dos regionais; em suma, área mais provável de gerar e exercer influência” (p.42). Isso não significa que não havia uma participação mais geral de todas as lideranças nas assembleias. Analisando os documentos que eram escritos nas assembleias dos

tuxauas se depara com assinaturas de lideranças de várias comunidades, inclusive das comunidades da terra indígena Serra da Moça.

Esta luta entre o movimento indígena, encabeçado pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR), e a elite local de Roraima, representados por fazendeiros coloca em xeque modelos diferentes de demarcação dos territórios indígenas. O estado brasileiro, sob o discurso de proteger as fronteiras nacionais, afirmava que demarcar terras indígenas em áreas contínuas constituía uma ameaça a soberania nacional. As terras deveriam ser demarcadas em ilhas, deixando os invasores nos arredores, ilhando cada vez mais as comunidades, como ocorreu com maior parte das terras demarcadas. O movimento indígena leva a luta da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol ao extremo para que se demarcasse em área contínua, o que não ocorreu com as demais terras em que os processos já estavam em andamento. De acordo com Bethonico (2021, p.5) as “ações da FUNAI caminharam no sentido de dificultar a homologação de terras indígenas que já estavam com processos em andamentos”. A Terra Indígena Serra da Moça foi uma delas, que teve seu processo iniciado em 1977 e durou até 1993, quando ocorreu sua homologação. Desde seu reconhecimento oficial é que os indígenas levam para as assembleias regionais e estaduais a necessidade territoriais de ampliação para garantir seus direitos constitucionais: sobrevivência física e cultural e o reconhecimento de suas terras tradicionalmente ocupadas.

Do lado de lá e do lado cá: a relação com os antigos fazendeiros

Porque esse Truarú ele ficou metade deles, metade da gente. A demarcação passou abeirando, mas não ia ficar dentro d'água né, ele saiu acompanhando o Igarapé. Ele não colocou igarapé porque no tempo passado, eram poucos, ele achou que isso dava pra eles. Mas sabe como que dizem: muito que falam que aqueles que já morreram, eles diziam: tá bom rapaz, isso daqui dá pra nós, eles tinham reunião deles. Eles não lembravam que iam aumentar, quer dizer: se fosse só do Papai dava, porque nós somos pouco, se for do finado Conrado dava. Agora tem muita gente que nem é mais daqui, por isso que aumentou, tem pessoal de todo lugar já.
Moacir Brito Angelo, Setembro de 2018.

Recupero esta fala do senhor Moacir Brito Angelo, de quando estávamos conversando sobre a demarcação da Terra Indígena Serra da Moça, em setembro de 2018. Naquele dia, numa tarde muito quente, na sua casa próximo ao centro comunitário, falamos sobre diversas histórias, recuperando as memórias da década de 1970 quando se iniciou as primeiras discussões que culminaram nas demarcações das terras indígenas em formato de ilhas. Moacir é uma liderança, Wapichana, filho mais velho do primeiro

Tuxaua da comunidade Serra do Truarú, o senhor já falecido conhecido Zé Arruda, com nome de batismo José Aleixo Angelo, um dos patriarcas de umas das famílias fundadoras da comunidade. O referido Tuxaua foi homenageado pela comunidade dando seu nome para a escola do estado. Por isso, as memórias de Moacir estão estritamente relacionadas às vivências de seu pai, que acompanhava nas reuniões quando os Grupos de Trabalhos da Funai marcaram presença na região.

Moacir narra a demarcação da terra como uma conquista das comunidades e principalmente do seu Pai. A luta do Tuxaua Zé Arruda não se desvincula a ideia de trabalho, de ser uma liderança indígena da comunidade, mesmo que a princípio, a comunidade Serra do Truarú respondia às lideranças das comunidades Serra da Moça, que era representada pelo Tuxaua Adolfo Ramiro Levi.

De lá pra cá eles vinham trabalhando, trabalhando. Mas nunca conseguiram. Quando meu pai, que é José Arruda Aleixo, já neto do velho Aleixo. Passou e fundou isso aqui. Hoje o nome desse colégio é com o nome dele: José Aleixo. Então, o que que acontece: foi ele que demarcou essa terra, José Aleixo. Foi ele que demarcou. Ele trabalhou muito, lutou. Ele falou assim: hoje tem muita gente aqui, mas ele deixou bem claro, naquele tempo era pouca gente, ele disse assim: Olha, eu vou deixar essa terra de herança para os meus filhos, sobrinhos, e meus netos. Então nós estamos aqui. Hoje tem vocês. Tinha irmão dele, o finado Conrado. Tem Marcelo, Jackson, você aqui. Todos vocês são líder daqui dessa comunidade. Aqui só tem Aleixo e Angelo. Então ele demarcou essa terra. Lutou, lutou, lutou. Então o que acontece? Chegou um dia e ele disse: dia de quarta-feira, chegou o pessoal da Funai, chegaram aqui para demarcar a terra. Chegaram: “Arruda, nós estamos aqui e viemos para demarcar. Estamos aqui com todos os papeis e você é quem vai acompanhar nós. E aí vai acompanhar e nós vamos querer uns trabalhadores. Nós vamos dar comida e vamos balizar e marcar. Foi por onde começou.

Moacir narra a chegada dos funcionários quando realizaram reuniões entre as lideranças, mas que essas reuniões não eram deliberativas ou consultivas. Na verdade, funcionários já iam com um modelo de demarcação em mente. Moacir narra com bastante precisão os pontos limítrofes que demarcaram a terra indígena:

Nós começamos da Boca da Cobra, no Buritzal Grosso, chamado Igarapé da Cobra e vai até a cabeceira dela e vai embora. Não tem o mata-burro, tem o Mozarildo, e aí a gente vem daqui, vai até onde “escolhambou” aquele Mata Burro, que escolhambou assim. Ali que passou a demarcação. Ele veio aqui, depois tirou um pouquinho, e entrou mais um pouco e varou. É aquele outro que passa, aquela cerca que passa pra lá é assentamento, e pra cá é onde foi demarcado. E aí vem embora, até quando chegar, antes de chegar no Kiko, num tem uma volta? Pois é bem naquela volta e tora direto. Ela vai morrer naquele mata burro, que a gente vai lá pro Kiko. Então, aquele Mata Burro vem de lá e passa por aquela cerca que é do Irno e faz isso. Ele faz um L e aí passa ali na frente do Morcego e vai embora. Quando chega lá na frente do Mata Burro, antes de chegar no Mata Burro, mas não passa no Mata Burro. Ali ele sai beirando. Ali onde mora o Barbudo. E vai embora. Lá adiante, ele atravessa. Ele atravessa num igarapé e deixa Zé Lira dentro e sai fora. Lá adiante ele sai fora do

Igarapé. Lá adiante ele coloca o Igarapé pro lado. Até chegar no Caú. Quando ele chega no Caú, ele já pega beirando o outro Igarapé e vai embora. E vai torando até o Lago do Jaburú. Ele não passa por ali, ele passa pelo meio. Ele vem aqui, de lá pra cá, e quando ele chega na cabeceira do Jaburu, ele quebra e pega a beirada, aonde chega Chico Manduca, que pessoal fala. Chico Manduca não mora dentro da área indígena não, ele mora fora. Eu digo porque eu ajudei, fui acompanhando meu pai. Esse pessoal que fez o cercado, fez o cercado errado, pessoal mesmo daqui não sabe por onde é. Tuxaua mesmo não sabe por onde é. Ele cai lá no Igarapé que se chama Açaizal. Ele é um igarapé que sai bem dali. Ele cai na boca dele. Então ele da boca dele ali e corta de novo beirando. Lá no tio Zé, a demarcação passa pelo lado de lá, ele não passa por esse lado, beirando até chegar na beira onde morava o velhinho que morava na beira do Igarapé aqui. Ele passa de novo e atravessa e vai embora. E vai beirando desse lado. Sempre beirando desse lado. Ai quando chega na boca, a boca fica pra dentro da demarcação. Bem na boca desse Curauá, tem um mastro. Um dia desses eu passei por lá, e vi lá enfiado lá. De lá ele sai beirando o Truaru desse lado. Desse lado aqui foi por onde demarcou. Só que a terra de lá do João Grande, o velho não demarcou. Ele demarcou desse lado. Por que ele não demarcou? Porque ele viu que a família era pouca, só era a dele, do finado Conrado que é irmão dele, do velhinho Arruda e do velho Castro, por isso ele demarcou pequeno. Ele não ia demarcar grande. Mas a família é grande, hoje chegou muita gente. Então é isso que aconteceu pra vocês.

As reuniões ocorriam na comunidade Serra da Moça, na casa de outros parentes. Moacir reforça que os funcionários da Funai iam nas comunidades apenas para realizar o “serviço”. Conta ainda em algum momento, os funcionários se depararam com fazendeiros hostis à demarcação. Estes mesmos fazendeiros mantinham relações de trocas com famílias Wapichana mesmo após a demarcação. Traziam animais como galinhas e porcos criados em suas fazendas para trocar por flechas e panelas de barro produzidas na comunidade.

O que veio aqui foi o “empeleiteiro”. Ele “empeleitou” lá em Brasília, ele já veio pra cá só para fazer o serviço. A Funai chamou ele pra cá. Quando ele chegou lá no Zé Lira, ele falou que tinha uma pessoa ali metido a “brabo”. Mas eu vim pra cá, eu vim para trabalhar. Por conta da firma, da empresa. Eu não tenho nada a ver se o cara não quer. Quando tinha um arame, nós torávamos o arame. Nós “botava” aquele que marca, como é que chama? Ele botava e iam marcando. Marca lá os metros. Ai se tiver arame ou tiver uma casa, ele tora pelo meio. Ele não pode desviar. Teve uma reunião na Serra da Moça. A reunião que ele falou, quem participou dessa reunião foi apenas meu pai, o Chiquinho e Adolfo, só eles. Papai era tuxaua, Adolfo também era tuxaua. Agora Adolfo não participou da demarcação, só o papai, finado Zé. Ai botou os trabalhadores, eles trouxeram também os trabalhadores dele para ajudar. E aqui foram nós, poucos, acho que era uns quatro, ou três. Só três trabalhadores. Só pra marcar, carregar, anotando aqui. E nosso trabalho era só roçar, tirar mato por onde ia passando.

Moacir finaliza afirmando que quando a terra foi demarcada, foi dito aos Tuxaua da época que aquele formato era definitivo e que não seriam mais ampliados.

Nessa reunião, ele falou: eu to entregando, eu to entregando e agora vocês vão na Funai receber a documentação dessa terra. E eu estava nessa reunião, eu fui lá. Hoje eu quero dizer pra ti, eu to aqui pra contar o que aconteceu e o que tá acontecendo; E falei pra vários tuxauas, porque eu acompanhei de perto. Eles disseram: Tuxaua, aqui

está o documento dessa terra, esse documento nós vamos entregar aqui para o senhor. Tuxaua, daqui pra frente, nem o senhor dá um palmo nem toma um pedaço de terra porque o senhor não vai ganhar mais terra não, aqui não. Isso aqui é o final. Briga, vai acontecer, vai nascer seu filho, vai nascer seu neto, vai crescer Tuxaua, e vai querer brigar por essa terra, mas aqui ele não ganha mais não. Porque isso aqui é o final, e por isso nós fizemos.

Diante destas situações ora apresentadas, é evidente que tiveram repercussões bastante preocupantes quanto à demarcação das terras indígenas, pois muitas terras foram usurpadas nestes processos, fazendas foram sendo construídas, latifúndios cada vez mais gigantes e os povos indígenas sendo obrigados a se encolherem para caber em pequenos espaços, sem seus rios, lagos e floresta, elementos estes essenciais para exercerem suas atividades de caça e pesca, assim como sua espiritualidade.

E isto se torna mais evidente quando observamos o relatório de identificação da Terra Indígena Serra da Moça, quando em diversas partes, os Wapichana e Macuxi destas comunidades são descritos como dependentes dos fazendeiros que viviam nos arredores de seus territórios.

Antes de iniciar esta discussão, é necessário realizar uma breve descrição do referido relatório, uma vez que se trata de uma documentação tratado como uma fonte de pesquisa, e tal relatório é produto da década de 1970 a 80, e daí a necessidade de mostrar seus componentes, uma vez também que os relatórios de identificação das Terras Indígenas sofreram alterações após a promulgação Constituição Federal de 1988 e todo processo de identificação, demarcação e homologação⁴. Antes, as demarcações de terras obedeciam às diretrizes previstas no Decreto nº 76.999, de 8 de janeiro de 1976, e que regulamentava o Artigo 19, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, conhecido como Estatuto do Índio, como bem aponto Bethonico (2021) ao analisar a situação da Terra Indígena Boqueiro, também uma área demarcada em ilha.

⁴ Atualmente, a demarcação das terras indígenas, teoricamente, é orientada pelo Decreto 1775/96. O referido decreto regulamenta o processo administrativo de reconhecimento e regularização das terras indígenas tradicionalmente ocupadas, obedecendo as seguintes etapas que Poder Executivo deve seguir: i) Estudos de identificação e delimitação, a cargo da Funai; ii) Contraditório administrativo; iii) Declaração dos limites, a cargo do Ministro da Justiça; iv) Demarcação física, a cargo da Funai; v) Levantamento fundiário de avaliação de benfeitorias implementadas pelos ocupantes não-índios, a cargo da Funai, realizado em conjunto com o cadastro dos ocupantes não-índios, a cargo do Incra; vi) Homologação da demarcação, a cargo da Presidência da República; vii) Retirada de ocupantes não-índios, com pagamento de benfeitorias consideradas de boa-fé, a cargo da Funai, e reassentamento dos ocupantes não-índios que atendem ao perfil da reforma, a cargo do Incra; viii) Registro das terras indígenas na Secretaria de Patrimônio da União, a cargo da Funai; e ix) Interdição de áreas para a proteção de povos indígenas isolados, a cargo da Funai.

O processo administrativo é identificado pela numeração 28870.000919/1981-68, da Funai que naquela época era ligada ao Ministério do Interior. O processo fazia parte das atividades do Departamento Geral do Patrimônio Indígena. A organização deste processo administrativo segue paginação de suas laudas marcadas do número 01 ao 201. Esta é uma paginação feita para organizar os documentos cronologicamente. No entanto, os documentos que vão sendo anexados, principalmente os relatórios, também possuem uma paginação própria, o que quer dizer que o processo é paginado de uma forma, podendo ter uma outra paginação mais específica.

É importante ressaltar que o início dos estudos de identificação da Terra Indígena Serra da Moça e a elaboração de seu relatório marca cerca de uma década antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, que por sua vez veio dar bases para orientação das demarcações posteriores. Por isso, considerar tal contexto é importante para se pensar as ações das pessoas que estiveram à frente destes estudos. O processo é composto por muito mais documentos, como já mencionei: além dos relatórios, cartas, memorandos, decretos, lista de assinaturas, mapas, além de diversos relatórios que vão sendo revisados durante os estudos de identificação até a homologação e registro da terra. Além de documentos oficiais, cartas escritas a punho feitas por lideranças indígenas estão dispostos no processo.

Outro fato importante é que este processo reúne informações de várias outras terras que foram demarcadas neste período, por isso, citarei muito superficialmente, já que procurei “garimpar” informações sobre a Terra Indígena Serra da Moça, que é o objeto de pesquisa deste trabalho.

Início dos estudos de identificação

O início dos estudos foi oficializado pelas Portarias nº549/P e nº 550/P, instituídas no dia 21 de outubro de 1977, assinado pelo então Presidente da Funai, Ismarth de Araújo Oliveira.

A primeira Portaria, nº549/P, tinha como objetivo designar servidores para constituir o Grupo de Trabalho – GT XXI, que se deslocaria para Roraima para estudar a área I, a fim de proceder com os levantamentos e delimitações das áreas indígenas. Ainda na Portaria, designava os seguintes servidores da Funai para compor o GT: Ana Maria Paixão (Antropóloga), Dolores Cornélia Pierson (Socióloga), Júlio Reinaldo de Moraes (Sertanista), Amilton Geronimo de Figueredo (Auxiliar técnico de desenho); também,

pelo decreto previa a participação de um agrônomo e de um “elemento” do Comando Militar da Amazônia.

A segunda Portaria nomeava os seguintes servidores da Funai, que comporiam o GT XXII, que também se deslocaria para realizar estudos no que chamou de área II: Isa Maria Pacheco Rogedo (antropóloga), Eni Pereira Zica (geógrafa), Roger Martins Gonçalves (técnico indigenista) e Mário Rodrigues Braga (administrador da fazenda São Marcos). Ainda previa a participação de um técnico agrícola do Incra e um “elemento do Comando Militar da Amazônia”.

Nenhuma das Portarias deixou claro quais os nomes das áreas indígenas que comporiam a área I e II, mas o que podemos constatar é que a área da Terra Indígena Serra da Moça fazia parte da área II e que seria estudada pelo GT II.

Nas duas Portarias, estava instituído o prazo de 48 dias, a contar do dia 24 de outubro de 1977 para conclusão dos estudos de identificação. Vale ressaltar que, além da então área que viria ser a Terra Indígena Serra da Moça, os GTs ficariam responsáveis por fazer o levantamento de outras, que eram: Mangueira, Anta, Pium – Missão, Boqueirão, Barata, Truarú, Sucuba, Tabalascada, Malacacheta, Manoá-Pium, Jacamim e Canauanim, áreas estas que vieram configurar a maior parte das terras indígenas demarcadas em formatos de ilhas posteriormente.

Como parte das orientações para elaboração dos relatórios, existia um modelo que era utilizado. O modelo orientava que o relatório deveria conter as seguintes informações: I – Grupo tribal (nº de habitantes; nº de famílias; e nº de casas), “Tuchaua (Grau de instrução, idioma nativo, documentação e relação de força de trabalho/Faixas etárias)”; II – Habitação (local de roça, local de caça e local de pesca e cemitério); III – Habitação (saneamento básico); IV – Edificações existentes; V – Assistência prestada; VI – Relacionamentos com regionais; VII – Histórico; VIII – População da maloca por faixas etárias; IX – Posseiros; X – Memorial descritivo; e XI – Mapas.

Relatório Preliminar Roraima

O GT II realizou os primeiros estudos entre 24 de outubro à 17 de novembro de 1977, culminando em um primeiro relatório intitulado “Relatório Preliminar Roraima”.

O relatório preliminar, que foi redigido pela antropóloga Isa Maria Pacheco Rogedo, na primeira pessoa do singular, inicia falando sobre a necessidade do relatório para a Funai, na medida em que tinham circulados algumas notícias caracterizada pela

mesma como “truncadas e contraditórias de fontes incertas”, no âmbito do DEP e DGPC, departamentos estes da Funai. A antropóloga não informa que informações eram estas, mas enfatiza a necessidade deste relatório para esclarecimentos das informações.

É informado ainda no relatório, que foram incluídos no referido GT o senhor Juarez, como técnico agrícola do Incra e o senhor Cabo Veras, que trabalhou como motorista da viatura da Polícia do Território ficando responsável por transportar a equipe, além de outros componentes do GT II já citados.

O relatório preliminar apresenta um panorama mais geral das Terras Indígenas de Roraima. Nele é descrito todas as áreas que o Grupo coordenado pela antropóloga Rogedo ia visitando, que foram as regiões do Rio Parimé, do Rio Amajari e do Rio Ereu, todas elas regiões que eram compostas por comunidades de indígenas Wapichana e Macuxi. Estas informações são aprofundadas no relatório final, que se encontra ainda neste processo.

Como trata-se de um relatório preliminar, poucas informações são apontadas, fazendo com que a maior parte do conteúdo seja sobre o trabalho de campo que o GT tinha realizado, os lugares que tinham sido visitados, as dificuldades que tinham sido enfrentadas, descrição dos integrantes da equipe do GT.

Além das áreas que foram visitadas pela GT, já aqui mencionadas, foram ainda visitadas regiões da antiga fazenda São Marcos, fazenda esta que fora criada em 1787, junto com outras duas fazendas nacionais: São José e São Bento durante a expansão pecuarista. Diferente do procedimento que o GT estava realizando com as outras regiões, no qual sugeriam áreas para serem demarcadas, no caso do São Marcos, não foi proposto nenhuma área, pois: “[...] como é de conhecimento de todos, que a Fazenda São Marcos foi “doada” às Comunidades Makuxi e Wapixana, portanto são donos legítimos da terra e segundo dito popular de “papel passado”, nem sendo preciso falar da posse histórica” (Ibid., p.10). No caso desta Terra Indígena, ocorreu um processo diferenciado de demarcação, no qual os limites da fazenda São Marcos foram registrados como Terras Indígenas, já que ocorreu uma espécie de “doação” do Estado.

No entanto, o relatório nos revela uma denúncia de invasão de posseiros nesta região:

Neste ponto quero esclarecer uma denúncia feita por escrito pelo Senhor Cabo Veras e entregue ao Senhor Presidente pela antropóloga Ana Maria Paixão, sem o consentimento de todo grupo que além do chofer era constituído por 4 técnicos. Apesar da Fazenda São Marcos se de posse incontestes dos índios, a área do PI Boca da Mata está repleta de invasores. Muito trabalhou o ex-Delegado da 10ª DR. Senhor José

Carlos Alvez, para a retirada destes posseiros, foi dado até um prazo de 90 dias, sem que os mesmos se retirassem da área. (Ibid, p.10-11).

Cabe ressaltar que estas invasões são chamadas de “posses” no relatório. Uma dessas poses que é citada pela antropóloga estava situada a cem metro da comunidade Boca da Mata. Esses “posseiros” constantemente criavam atritos tanto com a comunidade quanto com os funcionários da Funai. Contudo, por pressões da comunidade e do Ex-Delegado da 10ª Delegacia Regional, a posse tinha sido abandonada, deixando somente a estrutura da casa e por sugestão da antropóloga, ela seria ocupada para servir de enfermaria ou mesmo de moradia do chefe do Posto Indígena. Ao verificar a situação da casa, foi constatado sua precariedade, portanto não servindo para nada, podendo ser aproveitado apenas algumas telhas, janelas, portas e outros materiais. A preocupação de estar ocupando a casa ou de utilizar seus materiais era para evitar novas ocupações de posseiros no local, fazendo então com os próprios indígenas tomasse conta daquele lugar.

Da região da fazenda São Marcos, a equipe seguiu para o Surumú, local este onde a antropóloga deixou a equipe, pois teve que voltar para Brasília-DF. A coordenação do GT ficou por conta da geógrafa Eni Pereira Zica.

Ainda no relatório, Rogedo reserva um espaço para descrever a atuação dos funcionários de sua equipe. Não me atarei aqui sobre cada um, já que estes detalhes são mais de caráter subjetivo. Contudo, ao observar o restante do relatório preliminar e de como os indígenas percebiam a atuação destes funcionários na demarcação das suas terras, pode-se dizer que em grande parte, muitas coisas são definidas por estas personalidades, isto é, quando um funcionário realizar um trabalho de identificação “às pressas” ou que tinham “fortes atrações por bares e aperitivos”, eram vistos pelos indígenas como alguém responsável por não realizar um trabalho bem feito na demarcação de suas terras.

A antropóloga ainda relata que embora o desempenho destes técnicos tinha sido razoável em termos de conscientização e esforço, muito fatores influenciaram para que não pudessem alcançar um nível plenamente aceitável na elaboração dos dados. Como apontado no decreto, foi estabelecido um prazo de apenas 45 dias para que realizassem estudos de diversas Terras Indígenas, além também, como apontado no relatório, as condições do campo, chegar até o campo, a articulação da equipe, entre outros fatores que dificultaram o trabalho.

Como por exemplo, ocorreu uma situação em que atrasou o trabalho, desperdiçando dias que poderiam ser usados para ir a campo:

Tal julgamento começa de início a se firmar pelo fato de termos de aguardar em Boa Vista 7 dias até que se iniciasse propriamente o trabalho. Tal período, que seria extremamente útil se bem aplicado em campo, revelou-se como improdutivo, ocioso e desgastante, além de extremamente oneroso para o Órgão, representando, além disto, desperdício de razoável parcela do já minguado prazo destinado ao trabalho (Idem, p.13)

Verificando o número de Terras Indígenas que estavam previstas para serem realizados estudos de identificação e observando o prazo de 45 dias, onde ainda no período deste trabalho, a de se levar em conta fatores subjetivos dos funcionários, que muitas das vezes não contribuíam com o trabalho, os imprevistos que surgem no campo de pesquisa e inúmeras coisas que podem acontecer, é de se esperar que não é possível realizar um trabalho ou relatório etnográfico no mínimo aceitável. O tempo que foi destinado para realizar o estudo foi constantemente apontado pela antropóloga como insuficiente para realizar os estudos de identificação de quase 15 terras indígenas, como a mesma observou:

A limitação do prazo, ao nosso ver, indiscutivelmente insuficiente, não permitiu de forma alguma, a captação de fato das dificuldades e não possibilitou uma visão completa dos diferentes aspectos culturais dos grupos, ponto importantíssimo para a realização de um trabalho que nos permite a tranquilidade de um dever satisfatoriamente cumprido. (Ibid., p.13)

Tal preocupação, portanto, se dá principalmente para que se possa obter dados concretos que viessem realmente mostrar a situação de cada grupo indígena, suas relações interétnicas e que fossem realizados estudos mais completos, “pois só esse conhecimento permitirá traçar as linhas de intervenção a serem implantadas, podendo nelas serem incluídas os projetos de D.C. que venham trazer benefícios às comunidades roraimenses” (Idem, p.13).

Relatório Roraima – Regiões: Rio Parimé, Rio Amajari, Rio Ereú

O relatório anterior, como já mencionado, tratava-se de considerações preliminares, onde foi abordado os lugares visitados, as dificuldades das pesquisas de campo e algumas críticas relacionadas às condições que foram oferecidos pela Funai para realização do trabalho. Tecnicamente ele introduziria o relatório definitivo.

Já o relatório definitivo é intitulado “Relatório Roraima – Regiões: Rio Parimé, Rio Amajari e Rio Ereú” e conta com 8 laudas de descrições etnográficas, sobre as regiões

citadas no título. Foi também produzido pela GT II Roraima, coordenado pela antropóloga Rogedo com base no mesmo período de campo.

Também escrito na primeira pessoa do singular, a antropóloga inicia citando uma fala de Bispo Dom Tomás Balduino, teólogo da Igreja Católica que teve grande destaque na década de 1970 nas questões de reforma agrária e direitos indígenas. A fala se refere à uma das conclusões do Parlamento Índio Americano do Cone Sul e que foi citada pelo Bispo em seu depoimento na CPI do Sistema Fundiário e diz o seguinte: “O índio americano é o dono milenar da terra; a terra é do índio; o índio é a própria terra. O índio é o dono da terra com título de propriedade ou sem eles”. Embora esta frase seja bastante sugestiva, Rogedo observa que o referido relatório não tem nenhuma pretensão de tomar qualquer posição (ideológica) ou prática (política), mas sim, apenas adotar abertamente uma posição de favor dos Grupos Indígenas.

Após a introdução, inicia uma segunda parte chamada “histórico”, no qual é realizado um regaste de bibliografias produzidas por viajantes, expedicionistas, entre outros escritos sobre a região do rio Branco desde o século XVI.

O início desta parte é uma crítica a estes trabalhos, dizendo que neles, existe uma lacuna muito grande no que se refere à demografia e localização exata dos grupos indígenas no território roraimense. Os trabalhos que a antropóloga se refere são do etnólogo alemão Theodor Koch-Grünberg, que realizou uma expedição no território roraimense nos anos de 1911 a 1913, reunindo informações sobre grupos indígenas “Taulipang” e outros grupos do tronco karib: “Koch-Grünberg sobre o rio Branco e colhe dados sobre os Wapixána e Macuxi “habitantes do vale do referido Rio” e marcha até o Roraima para estudar os Taulipang e seus vizinhos; sobe o Uraricoera até o Venturari onde pesquisa grupos como Xiriána, Waiká etc. (Idem, p.17)”

Outro trabalho citado é o do Dr. A. Hamilton Rice, que em 1925, fez uma expedição ao mesmo território com objetivo de levantar dados geográficos, geológicos, antropológicos, etnológicos, levantamento médico e confecção de mapas da região do Rio Branco, seus afluentes e formadores. Rogedo descreve como o referido expedicionista vai localizando os grupos indígenas ao longo da região dos rios Uraricoera e Tacutu, se estendendo até o rio Parima e subindo até o Monte Roraima.

Outro autor citado no relatório é Edson Diniz, que também enfatizando a localização de grupos indígenas na região, afirmando que Diniz localiza os “Makuxi e Wapixána como habitantes da zona campestre de todo Território Federal de Roraima” (Idem, p.17).

Malcher também, citado pela autora, descreve os “Wapixána” como habitantes das cabeceiras do rio Tawini, e se estendia até a antiga Guiana Inglesa. E ainda:

Entre a foz do Maú e Tacutú, no Majari e Parimé, afluentes da margem esquerda do baixo Uraricoera”, os Macuxi: “Do Kumúnu até o Rio Branco e Guiana Inglesa, alguns grupos na região do Tawini, nos rios Tacutú, Contingo, Maú, Surumú e Parimé e, no Posto São Marcos do SPI”; os Taulipang: “no sopé da Serra da Pacaraimã (Roraimã), no córrego Uailein, fronteira com a Venezuela, e no rio Maú ou Ireng, no alto curso, margem esquerda”. Gama Malcher (1962: 45-46). (Idem, p17-18)

Por fim, é apresentado o relatório produzido pelo Coronel Manuel da Gama Lobo D’Almada, produzido em 1787, reforçando a descrição das localizações dos grupos indígenas nas regiões já citadas por outros autores.

Nesta primeira parte, Rogedo conclui o seguinte: “Embora, os autores citados dêem uma localização bastante generalizada dos índios Makuxi, Wapixána e Taulipang, fomos, agora, em 1977, encontrá-los nas mesmas regiões. Tentaremos no transcurso do relatório localizá-los exatamente” (Idem, p.18).

Observamos que, o resgate histórico que a antropóloga faz em no seu relatório tem como objetivo localizar os grupos indígenas em seus devidos territórios, revelando, portanto, sua visão sobre o que vem a ser os territórios indígenas. Isso quer dizer, uma vez que a busca por grupos indígenas localizados nos territórios citados décadas ou até séculos atrás, demonstra uma visão no mínimo congelada, mostrando poucas considerações sobre a dinamicidade dos processos diferenciados de territorialização que envolveu os povos indígenas e seus devidos territórios.

A parte que se segue no relatório diz respeito a informações que já tratei anteriormente, quando apresentei as “situações históricas” que envolveram a chegada dos europeus na região do rio Branco, a exploração da mão de obra indígena, a disputa territorial entre portugueses e holandeses e a pecuária como forma de ocupar as terras por uma população branca.

Finalmente, a autora apresenta a situação dos povos indígenas no período em que ela estava na região roraimense como consequências destas violências que os povos indígenas sofreram:

A situação hoje não mudou muito. Ou melhor, podemos afirmar que o processo de interação e recrudescer dia a dia em Roraima com total desvantagem para as sociedades indígenas, sem meio de suprir as desvantagens de sua economia de autoconsumo, frente a sociedade branca mais poderosa e capacitada para o manejo das estruturas políticas e econômicas.

Não mentiremos ao afirmar que os grupos Makuxí, Wapixána, Taurepang, já perderam quase que totalmente sua autonomia cultural, uma vez que se encontram na mais completa dependência econômica. Conservam ainda, é verdade, alguns poucos costumes tradicionais compatíveis com as suas condições de sociedade a margem do processo econômico. Mas estas referidas tradições estão inteiramente mudadas pelas compulsões culturais.

Os índios estão ilhados em meio aos latifúndios, confinados em restritas parcelas dos seus antigos territórios, ou despojados de suas terras, perambulam a procura dos empregos, escorraçados de Fazendas em Fazendas.

Esclarecemos que as afirmações acima, se aplicam às áreas por nós visitadas. (Idem., p.21)

O relatório é finalizado com descrição a respeito da região do Rio Parimé. No entanto, observo que, a parte aqui descrita foi organizada obedecendo a uma sequência numérica que vai do 1 até o 8 marcado em suas laudas, embora no processo seja paginado entre os números 16 a 23. Sendo assim, mais à frente no processo administrativo, encontra-se outras páginas, aparentemente avulsas, já elas estão possuem os seguintes tópicos: conclusões e sugestões e observações finais e são numeradas de 116 a 119.

Informações sobre a Terra Indígena Serra da Moça

As primeiras informações que aparecem no processo administrativo sobre a Terra Indígena Serra da Moça estão organizadas conforme o modelo de relatório da Funai, que apresentamos anteriormente. Nele, é apresentada informações da época da seguinte forma: o Tuxaua era o senhor Adolfo Ramiro Levi, Wapichana de 58 anos de idade, que era casado com uma senhora Macuxi da região do rio Maú. É informado que o referido Tuxaua tinha servido o exército e casado na cidade de Boa Vista. Era falante da língua Wapichana e sua mulher da língua Macuxi. Este Tuxaua hoje dá nome à escola estadual da comunidade Serra da Moça.

A região apresentava uma população de 170 pessoas, 37 famílias e 30 casas, e foram classificados como “grupo tribal Wapitxana”. Observa-se que aqui não existe uma distinção entre as comunidades Serra do Truarú e Serra da Moça, como atualmente é dividido, mas sim tratados como uma área única.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROC. N.º 20919/81
FLS. 34
HURRICA OMA
966/81
32
D

UNIDADE REGIONAL: 10 DR

POSTO INDÍGENA: Maloca Serra da Moça

POPULAÇÃO INDÍGENA

GRUPOS DE IDADE	Nº DE INDÍGENAS		TOTAL
	HOMENS	MULHERES	
0 1	4	3	7
1 4	2	6	8
4 7	8	9	17
7 11	14	15	29
11 15	7	6	13
15 19	4	4	8
19 23	7	6	13
23 27	10	6	16
27 31	1	7	8
31 35	8	1	9
35 39	2	3	5
39 43	3	1	4
43 47	3	2	5
47 51	1	3	4
51 55	2	1	3
55 59	6	2	8
59 63	2	5	7
63 ou mais anos	5	1	6
TOTAIS	89	81	170

221-PRIMA
ITE
[Handwritten signature]
62

Figura 05: Dados populacionais do ano de 1977 recolhido pelo GT responsável pela elaboração do relatório da Terra Indígena Serra da Moça. Fonte: Processo Administrativo 28870.000919/1981-68.

Em relação ao grau de instrução da população, dos 170 habitantes, 28 tinham se declarados analfabetos, entre eles, 11 chefes de famílias. Já entre os adolescentes, não foi registrado analfabetismo. Quanto a língua Wapichana, é registrado que apenas os mais idosos falavam, e muitas outras pessoas apenas compreendiam.

Suas atividades econômicas consistiam na agricultura, com produção comercializável na própria comunidade, principalmente produção de milho, arroz, feijão, cará, arroz, mandioca, batata, melancia, tomate, abacaxi e banana. Havia também criação de porcos, galinha, cavalos, patos, carneiros e gados. Alguns dos produtos também eram vendidos à marreteiros e no Centro Urbano de Boa Vista, quando havia transporte. No relatório, consta que as criações e as roças eram individuais ou eram feitas entre pais e filhos.

Devido ao contato com os fazendeiros através do trabalho e também, é claro, da proximidade em que essas fazendas estavam sendo construídas das Terras Indígenas, é relatado que a estrutura para criação de gado acabava sendo semelhante às estruturas das fazendas, como currais, cercados de arames e depósito para armazenamento.

A comunidade ainda possuía vários barracões com fornos para fabricação de farinha, locais para roças, que eram localizadas nos “pés” das serras. A caça e a pesca eram apenas para consumo.

Além de informações sobre habitação, saneamento básico, assistência prestadas, destaco aqui as informações que o relatório traz sobre o “relacionamento com os Regionais”, que diz o seguinte: “Excluindo-se os invasores, de fato ou em potencial, o relacionamento com os regionais é bom” (Idem, p.36).

Embora aqui não se diga exatamente quem são os tais “regionais”, pode-se crer que se tratava de moradores de locais como as vilas e pequenas fazendas dos arredores da Terra Indígena. Outro ponto importante é relacionado a invasão de fazendeiros.

De acordo ainda com os relatórios, as comunidades desta região também foram percorridas por Marechal Rondon no mesmo período que veio demarcar os territórios fronteiriços, e o mesmo, já na década de 1920, havia feito uma demarcação que incluía os lugares que os mais velhos apontavam como antigas moradias, locais para caça e pesca, cemitérios, entre outros.

Como já mencionei, é de conhecimento de todos os moradores da Terra Indígena Serra da Moça que até este período, a comunidade Serra do Truarú e Serra da Moça não eram separadas fisicamente nem politicamente, ou seja, tinha a mesma pessoa como Tuxaua, o que é bastante perceptível, pois a maioria da população das duas comunidades são parentes próximos, como irmãos e primos, o que é muito evidente na lista de nomes da população que consta no relatório, onde a maioria possui o mesmo sobrenome. Já a Comunidade do Morcego não era tida como parte da referida Terra Indígena, e nem houve estudos neste primeiro momento para sua demarcação.

Assim como em outras regiões, as expansões pecuaristas estavam ocorrendo também na Terra Indígena Serra da Moça. Este primeiro relatório aponta duas fazendas, que atualmente não mais existem: a Fazenda Novo Horizonte que tinha sua sede localizada dentro da área indígena, próximo ao Igarapé Croá, no extremo norte, onde atualmente existem plantações de Acácias magium pela Empresa Fit Manejo Florestal, limites da comunidade Serra do Truarú,

O relatório aponta ainda que os proprietários da fazenda, estando ciente do contato das lideranças com a Funai para retirada do fazendeiro, teriam paralisados a expansão de suas fazendas. Outra fazenda que se tem informação é Boa Esperança, que também tinha sua sede dentro da área indígena, próxima as cabeceiras dos formadores da margem direita do igarapé Cobra. É informado que os indígenas tinham advertido o fazendeiro, que então passou a expandir sua fazenda para “fora” da Terra Indígena.

Após este relatório, um memorial descritivo foi produzido delimitando uma primeira versão do que viria ser a Terra Indígena Serra da Moça, conforme figura abaixo, retirada o processo administrativo:

MEMORIAL DESCRITIVO

ÁREA INDÍGENA SERRA DA MOÇA
ÁREA APROXIMADA 9.500Ha.
PERÍMETRO APROX. 40Km
MUNICÍPIO DE BOA VISTA - RORAIMA

- NORTE - Confluência do igarapé Truaru com o igarapé Croá.
- LESTE - Desta confluência subindo pela margem esquerda do igarapé Croá até a sua mais alta cabeceira ponto "A" de coordenadas aproximadas $60^{\circ}40'10''\text{WGr}$ e $03^{\circ}14'50''\text{N}$.
- S U L - Do ponto "A" de coordenadas aproximadas $60^{\circ}40'10''\text{WGr}$ e $03^{\circ}14'50''\text{N}$, segue por uma linha reta e seca de aproximadamente 4.100m até o ponto "B" de coordenadas aproximadas $60^{\circ}40'40''\text{WGr}$ e $03^{\circ}12'40''\text{N}$, daí segue por uma linha reta e seca de aproximadamente 2.300m até a mais alta cabeceira do igarapé da Cobra ponto "C" de coordenadas aproximadas $60^{\circ}42'00''\text{WGr}$ e $03^{\circ}12'00''\text{N}$, daí, segue descendo pela margem direita do igarapé da Cobra até a confluência com o igarapé Saúba.
- OESTE - Da confluência do igarapé da Cobra com o igarapé Saúba segue descendo pela sua margem direita até a confluência com o igarapé Truaru, daí segue descendo pela margem direita deste último igarapé até a sua confluência com o igarapé Croá, ponto inicial deste Memorial.

Brasília, 26 de julho de 1978

Antônio

AGF/hff.

Figura 06: Primeiro memorial descritivo da Terra Indígena Serra da Moça. Fonte: Processo Administrativo 28870.000919/1981-68

Observamos neste memorial descritivo que esta não é a forma como foi demarcado a Terra Indígena oficialmente. O motivo para isto é que mais tarde foi realizado um novo estudo que incluiu uma outra comunidade que tinha sido esquecida.

Desta forma, houve um acréscimo de terra na demarcação definitiva que passou de 9.500 hectares para 11.626, 7912 hectares.

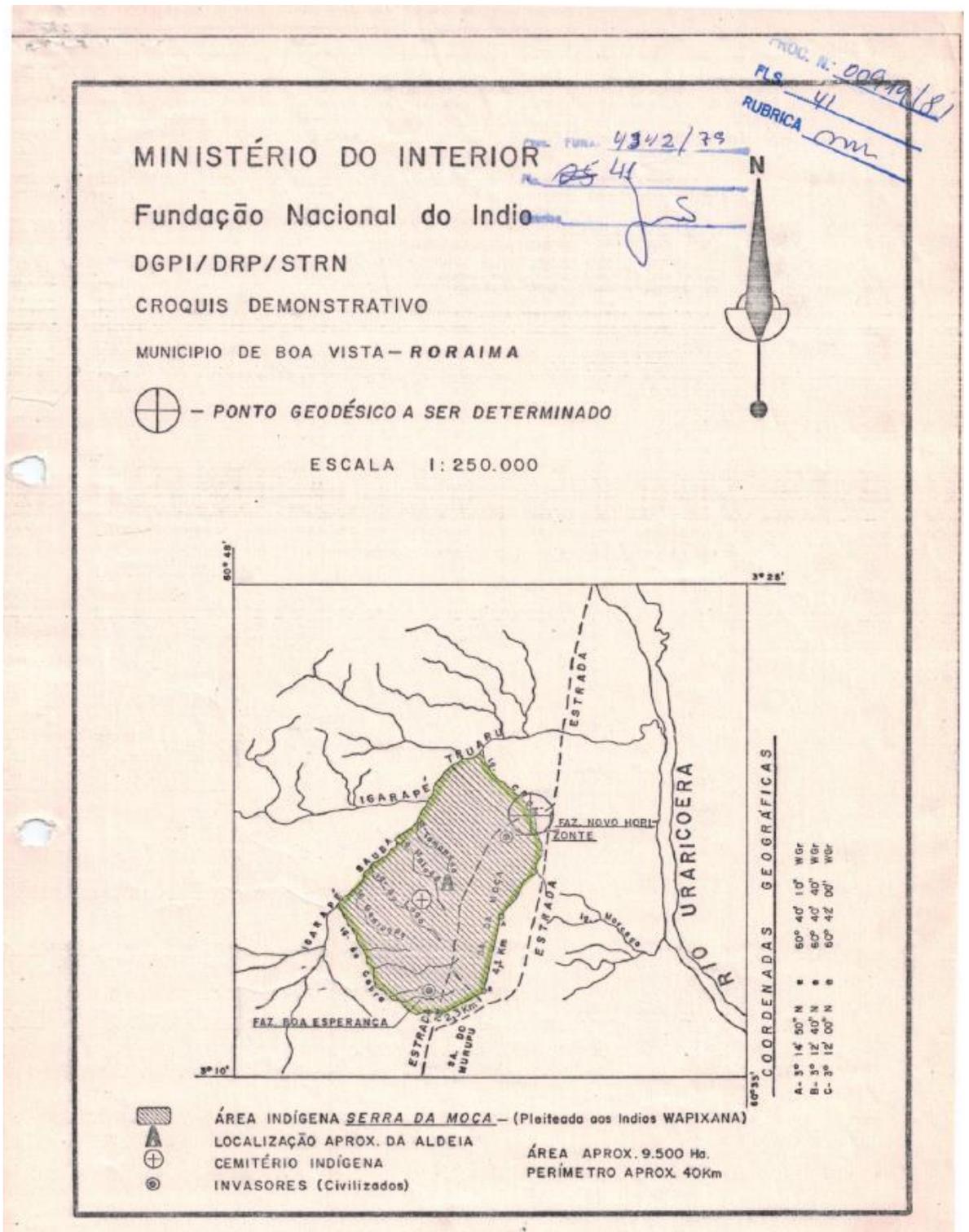


Figura 07: Primeiro mapa da Terra Indígena Serra da Moça, sem incluir a comunidade Morcego. Fonte: Fonte: Processo Administrativo 28870.000919/1981-68

Um segundo relatório sobre a Terra Indígena Serra da Moça: comunidade Serra do Truarú e Morcego

Após os primeiros estudos apontados anteriormente, no dia 13 de novembro de 1979, a antropóloga Isa Maria Pacheco Rogedo enviou um documento ao chefe do DEP, reforçando a crítica que já vinha sendo feita em relação aos métodos adotados para estudos das terras indígenas e aos prazos que eram dados:

No caso de Roraima, já anteriormente, fizemos uma crítica quanto aos métodos de trabalho utilizados para a proposição das áreas locais e sugerimos, na ocasião, que trabalhos desta natureza fossem mais criteriosamente tratados quanto ao aspecto do prazo e preparo dos técnicos.

Em nosso entender, a limitação de prazo para execução de trabalho, tão longo e exaustivo, não permitiu de forma alguma, a captação de fato das dificuldades e não possibilitou uma visão completa dos diferentes aspectos culturais dos grupos, pontos básicos e importantíssimos para a realização de um trabalho que permita a tranquilidade de um dever satisfatoriamente cumprido (Ibid., p.43).

Embora a antropóloga reconheça o esforço das equipes em elaborar os dados e também em relação a conscientização referente ao indigenismo, as condições de campo e os prazos fizeram com que os resultados, em sua opinião, não alcançassem um “nível plenamente aceitável”.

Ainda é informado que nesse meio tempo do ano de 1979, uma nova equipe tinha sido formada para revisar as áreas das seguintes terras indígenas: Aningal, Araçá, Cajueiro, Ponta da Serra, Santa Inez, Ouro, Raposa-Serra do Sol e WaiWai. Estas terras indígenas já tinham sido revistas e sofridos alterações em suas áreas.

Após tecer consideração em relação às áreas das Terras Indígenas: Aningal, Araçá, Cajueiro, Ouro, Ponta da Serra, Raposa-Serra do Sol e WaiWai, recomendava a imediata demarcação das mesmas, afirmando que, no seu entendimento, eram compatíveis com o interesse e a condição sociocultural dos seus respectivos grupos indígenas, mesmo que tivessem quase perdido completamente sua autonomia cultural, já que os indígenas estavam economicamente dependentes dos fazendeiros.

No entanto, outras áreas ficaram de fora da referida revisão, que foram: Mangueira, Anta, Pium-Missão, Boqueirão, Barata, Truarú, Sucuba, Tabalascada, Malacacheta, Manoá Pium, Jacamim, Canauanim e ainda Serra da Moça, e por isso, não era recomendada a demarcação das mesmas. E ainda, é solicitado a inclusão do estudo da Terra Indígenas Ananás, que, de acordo com a antropóloga, tinha sido esquecida pelo DGPI.

Devido a isso, outro GT foi criado em 28 de maio de 1981 através da Portaria 950/E para realizar as atividades que estavam sendo solicitadas pela antropóloga Rogedo. Esse novo GT para reestudar as Terras Indígenas foi formado pelo antropólogo Antônio Flávio Testa e pelo Engenheiro Agrimensor Áureo Araújo Faleiros e realizaram as atividades entre os dias 01 de junho à 15 de julho de 1981.

O resultado desta pesquisa de campo foi a elaboração do relatório intitulado “Relatório de Viagem – Roraima”. A composição do relatório antropológico apresentado sobre a Terra Indígena Serra da Moça é semelhante ao do primeiro GT, onde inclui uma contextualização histórica da região. Porém, é acrescentado outros elementos, como a descrição do clima, dos aspectos geográficos, geomorfológicos e geológicos, do ecossistema, da vegetação e finalmente uma descrição sociocultural mais completa da referida Terra Indígena.

Nota-se que neste novo relatório já aparece como divisão a comunidade Serra do Truarú da Comunidade Serra da Moça, e o relatório deixa claro que não se trata da Terra Indígena Truarú localizada próximo a Terra Indígena Barata.

Muitos dos problemas que o primeiro grupo levantou também aparecem nos relatos do segundo grupo, como as invasões de gados dos fazendeiros, dizendo havia ocorrido um processo de colonização que tinha avançado sobre os limites das terras tradicionais, de tal modo, que chegaram a “ilhar” os indígenas.

Quanto as invasões, o segundo relatório aponta que muitos fazendeiros quando questionados por não cercarem suas fazendas, alegavam que estavam esperando as demarcações das Terra Indígenas pela Funai,

mas na realidade nem todos tem sua situação fundiria regularizada no INCRA, pois é bastante comum encontrar posseiros dentro das áreas tradicionalmente indígenas e também proprietários que buscam ampliar suas propriedades e para isso tem que expulsar os índios de onde eles estão, ou seja, seu território (Ibid., p.77).

No primeiro relatório apareciam duas fazendas, já neste segundo foram constatadas cinco, que são: a fazenda Boa Esperança, Estrela do Murupú, Monte Alegre, Floresta e Fazenda Ponta da Serra.

O que é de se fazer imaginar várias hipóteses quanto ao surgimento destas fazendas: a de que o primeiro GT não fez corretamente as identificações das áreas e não conseguiu verificar todas as 5 fazendas. No entanto, como neste período, o avanço

pecuarista dos fazendeiros estava ocorrendo num ritmo acelerado, pode-se pensar que no período de quatro anos (1977-1981), é bem provável que foram criadas mais três fazendas nos arredores da referida Terra Indígena neste período. O relatório é finalizado com uma lista de moradores que conta com 177 pessoas.

Quanto a comunidade do Morcego, quando iniciaram os estudos, era apenas mencionada como uma comunidade a parte da Terra Indígena Serra da Moça. Porém, no segundo relatório ela já aparece com mais detalhes, inclusive apontava que a mesma tinha como líder o mesmo da Terra Indígena Serra da Moça. No relatório ainda é afirmado que a mesma não tinha entrado nos primeiros estudos porque na época do ocorrido, era época de chuva, o que dificultou o acesso à esta comunidade.

A situação da comunidade Morcego era bem mais complicada do que as das outras comunidades que compunham a Terra Indígena Serra da Moça, pois os mesmos sofriam mais pressões de fazendeiros, e que estavam numa relação de total subordinação a ponto de serem obrigados a venderem sua força de trabalho, devido sua minúscula extensão territorial, o que tornava a caça, a pesca e a plantação de roças impossível, o que é alvo de constantes críticas nos dias atuais. Esse é um fato nos faz refletir que a lógica da exploração da mão de obra indígena do período colonial continuava sendo praticada e que ainda persiste na atualidade. Ainda é relatado que estes “regionais” que utilizavam a mão-de-obra indígena valiam-se de “vários artificios para ocupar a mão-de-obra indígena mal remunerada, enquanto apropriavam-se de seu território” (Idem, p.85-86).

A prática de exploração estava bastante presente na relação entre os indígenas e os tais “regionais”, que na verdade eram fazendeiros, que exploravam esta mão-de-obra para os mais os mais diversos fins:

A forma de exploração mais usual é a empreitada, onde os índios trabalham nas mais variadas tarefas, desde lavoura, desmatamento (da própria área indígena), tocando gado. Enfim os índios são mantidos sempre na expectativa de algum trabalho, mas na realidade não podem dedicar seu tempo às atividades de real interesse do grupo, ou seja, trabalhando para si. Na verdade, o grupo indígena no Morcego está totalmente a mercê dos interesses dos regionais que os cercam. Esse fato influi bastante na desestruturação cada vez mais acentuada de sua organização social tradicional; sobretudo no que pertine à economia indígena, hoje totalmente vinculada, submissamente à economia regional (Idem., p.86).

A pouca renda que conseguiam dos fazendeiros era somada aos produtos que eram produzidos nas roças. No entanto, com a invasão pecuarista em suas terras, ficava cada vez mais difícil em manter as roças, devido a invasão do gado em suas terras, já que as mesmas não eram cercadas. Os gados bovinos pertencentes aos fazendeiros entravam

nas roças dos indígenas e as destruíam, obrigando-os a mudar as roças para dentro do Igapó, nas plantações conhecidas como Vazantes, como forma de impedir a invasão bovina.

A caça e a pesca eram cada vez mais precárias, isso porque o acesso a mata e aos rios ficavam cada vez mais difícil, já que para se ter uma boa fauna de animais que poderiam ser caçados, era necessário que houvesse uma extensa flora preservada, bem como acesso aos rios para poder se pescar. No entanto, estas áreas acabaram sendo incluídas nas expansões das fazendas, impedindo o acesso dos indígenas nestes locais. O cercamento dos locais de roças poderia ser uma forma de impedir a invasão bovina, como é feita nos dias de hoje. No entanto, além das condições econômicas que impossibilitavam a compra de arames farpados, cercar um local, restringir o seu acesso ou privatizar uma área eram práticas desconhecidas pelos indígenas, tanto que, como já mencionei, a Terra Indígena Serra da Moça, que era dividida em três comunidades, não era sequer dividida ou delimitada fisicamente, os locais de acesso eram livres para que qualquer um pudesse circular e acessar os recursos naturais.

O contato entre os indígenas destas comunidades era caracterizado como um bom relacionamento. No entanto, não se podia dizer o mesmo da relação entre os indígenas da comunidade Morcego com os “regionais”:

Quanto ao relacionamento com os regionais, não poderia ser pior. Isso porque os índios têm plena consciência que perdendo suas terras estão totalmente desamparados e impossibilitados de viver na área em que nasceram e sempre viveram. A rápida e crescente expansão da pecuária tem restringido cada vez mais as possibilidades de manutenção de seu território original. Os índios querem sobreviver em suas terras e como agricultores, hoje uma das poucas saídas para sua miserável condição. Contudo sem uma assistência indigenista eficaz estarão condenados à miséria e à total subordinação aos regionais. Sua consciência é manifestada quando afirmam: “Se o gado não destrísse nossas roças a gente podia plantar mais e crescer mais”. A inexistência de cercar não é gratuita, uma vez que existem condições concretas para construí-las. Por trás disso está a pretensão dos regionais de expulsarem os índios dali para se apossarem de suas terras. Só que os índios vivem ali em caráter imemorial (Idem, p.87).

Observando tais condições aqui apresentadas, o GT Roraima propôs que fossem unificadas as comunidades, considerando que as áreas eram praticamente as mesmas devido à proximidade entre elas, utilizavam das mesmas áreas para desenvolvimento das atividades, e por estarem sobre a mesma liderança, além é claro de que tal estudo foi feito com base não só na imemorialidade, mas também nas atuais necessidades, isto é, na dinâmica territorial e atualizações das territorialidades, prevendo, sobretudo que o

território pudesse acompanhar a demanda que iriam surgindo ao longo do tempo, como o crescimento demográfico. A área prevista para esta comunidade aumentou para 11.626, 7912 hectares, apenas duas hectares a mais do que tinha sido previsto nas recomendações do primeiro GT.

Depois de várias tramitações de ofícios, portarias, revisões contestações nos processos de demarcação, em 21 de maio de 1982 através da Portaria 1229/E, o Presidente da Funai Paulo Moreira Leal declara como posse permanente dos povos indígenas Macuxi e Wapichana a Terra Indígena Serra da Moça, e recomenda para que se fossem colocados os marcos e placas indicativas para sua delimitação. E de acordo nesta demarcação, já incluía a comunidade do Morcego.

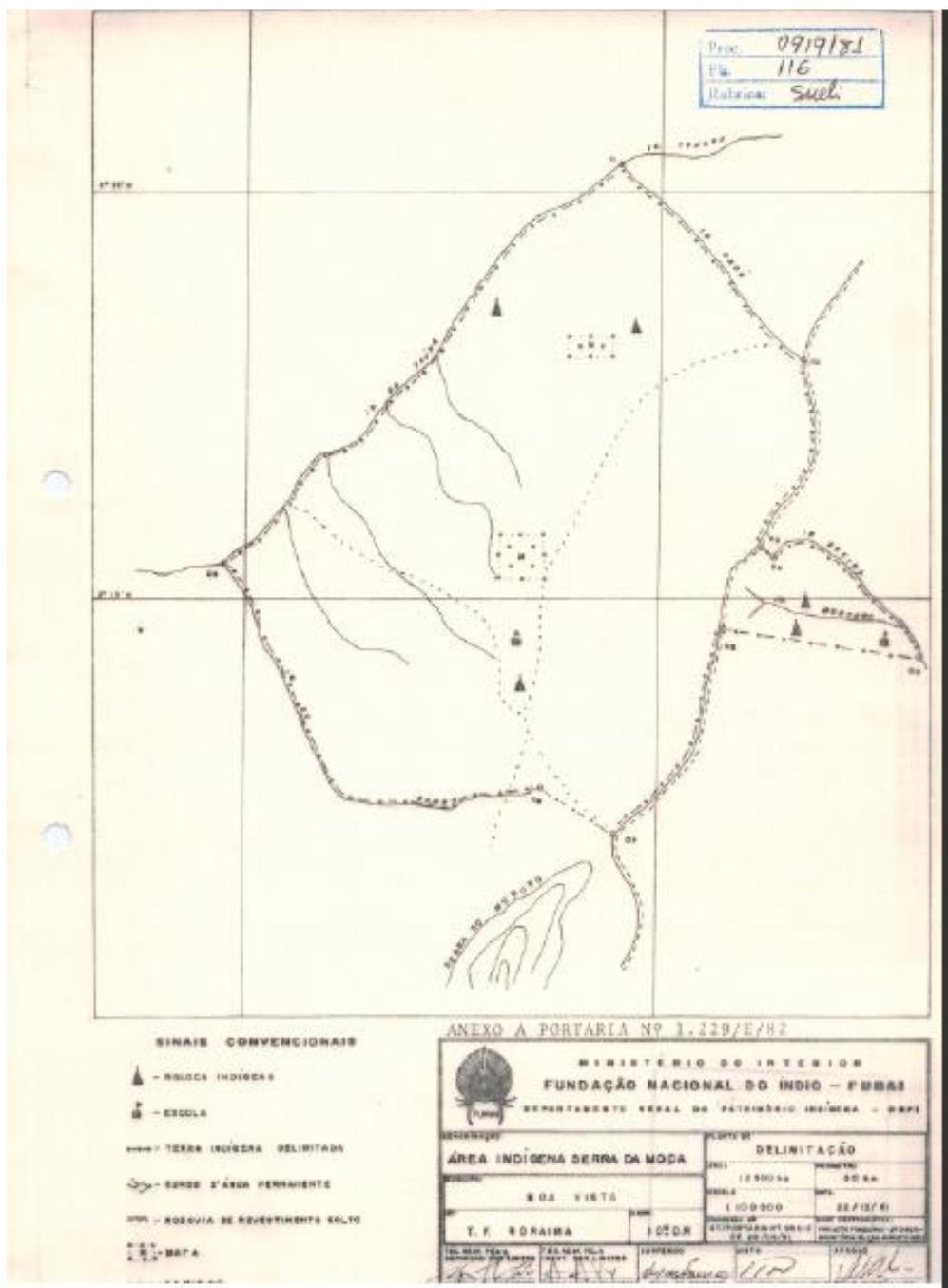


Figura 08: Segundo mapa da Terra Indígena Serra da Moça, sem incluir a comunidade Morcego. Fonte: Fonte: Processo Administrativo 28870.000919/1981-68

Após os processos de estudos sobre a demarcação da TI Serra da Moça, alguns fazendeiros foram retirados da área. O fazendeiro Josué de Andrade Lima foi indenizado com Cr\$ 4.398.554 e o fazendeiro Altamir Pereira de Melo com Cr\$1.173.464.

Por fim, a homologação da Terra Indígena Serra da Moça, ocorreu em 29 de outubro de 1991, pelo decreto 4.258 com uma minúscula área de 11.626, 7912 hectares.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO - FUNAI

PROC. N. 919/81
 FLS. 98
 RUBRICA *[assinatura]*

<u>DGP1/DID</u>	<u>MEMORIAL DESCRITIVO DE DELIMITAÇÃO</u>		
<u>DENOMINAÇÃO</u>			
ÁREA INDÍGENA:	SERRA DA MOÇA		
PORTARIA DO G.T.:	950/E de 28/05/1981		
DECRETO Nº:			
<u>ALDEIAS INTEGRANTES</u>			
SERRA DA MOÇA E TRUARU			
<u>GRUPOS INDÍGENAS</u>			
MACUXI/WAPIXANA			
<u>LOCALIZAÇÃO</u>			
MUNICÍPIO: BOA VISTA	ESTADO: T.F. RORAIMA		
UNIDADE REGIONAL DA FUNAI: 10ª DELEGACIA REGIONAL			
<u>COORDENADAS DOS EXTREMOS</u>			
EXTREMOS	LATITUDE	LONGITUDE	
NORTE	03°20'20"N	60°40'50"Wgr	
SUL	03°12'05"N	60°40'30"Wgr	
LESTE	03°14'15"N	60°36'50"Wgr	
OESTE	03°15'25"N	60°45'15"Wgr	
<u>BASE CARTOGRÁFICA</u>			
NOMENCLATURA	ESCALA	ORÇÃO	ANO
Projeto Fundiário - Gleba Munupu Área B - Planta Geral 1ª Discr.	1:100.000	INCRA	1978
<u>DIMENSÕES</u>			
ÁREA:	12.500 ha		
PERÍMETRO:	50 km		

Figura 09: Segundo memorial descritivo da Terra Indígena Serra da Moça. Fonte: Processo Administrativo 28870.000919/1981-68

Embora ocorresse a homologação das terras indígenas, Santilli (2001, p.55) afirma que:

Tal ordenamento agrário, confinando a ocupação indígena por linhas secas e arbitrariamente traçadas, entre terras tituladas e posseiros, originou uma situação de conflitos endêmicos, comumente resolvidos à força, por coerção física, pelos regionais, com auxílio da polícia, em pequena parte trazidos à justiça e, em grande parte, penderes ou potenciais.

Embora o autor tenha focado seu trabalho nos territórios Macuxi, localizados principalmente às margens direitas do rio Uraricoera, não foi diferente de outras, dentre elas a Terra Indígena Serra da Moça. Muitas fazendas permaneceram aos seus redores, como por exemplo, a fazenda do ex-senador Mozarildo Cavalcante⁵, que está localizada logo na entrada da referida Terra Indígena, quando se parte de Boa Vista. Por diversas vezes, os moradores das comunidades Indígenas entraram em conflito com o mesmo por serem impedidos de usufruir das matas que são utilizadas para construção de suas casas. Na fala do Tuxaua da Serra da Moça Alexandre Carlos da Chagas (atualmente é Coordenador da Região Murupú), fica evidente esta problemática:

FUNAI disse que precisa fazer um estudo da área para reconhecimento da área do Anzol, precisa ser feito um diagnóstico. A FIT ameaçou derrubar as casas, proíbe pescar, caçar, fazer as roças e nos acusa de vender animais silvestres e mostra mapa da área. Lá tem as fazendas do Mozarildo, dos Ribeiro que vendeu para os americanos plantar soja, tem a área do projeto de assentamento PA Nova Amazônia, tem casas e banhos, os indígenas foram expulsos de lá pelo INCRA e Governo do Estado. Tem placas proibitivas caçar pescar, não entre, ameaça por parte da FIT, plantação de acácias acerca de 50 quilômetros de Boa Vista e a presença de pessoas estranhas e não se sabe se é por fuga da Penitenciária Agrícola. Há impedimento de criações por parte da FIT e outras pessoas, tem o aumento de cobras, raposas, pessoas que são paradas na estrada querendo saber para onde a gente vai, porteiras em fazendas e também, por parte da FIT, tem o aumento de abelhas nos buritizais, da vassoura de bruxa, nos pés de ingá. Já foi feito documentos para instituições, FUNAI e IBAMA relatando esse tema, disseram que iam verificar⁶.

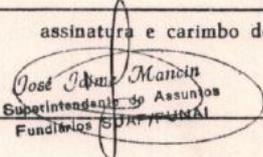
Percebe-se na fala do Tuxaua Alexandre que o que anteriormente era um problema de terras, passa a se agravar e atingir várias outras dimensões, como a questão ambiental, cultural, entre outros.

⁵ Verificar denúncia no site do CIMI, disponível em: <http://cimi.org.br/site-pt-br/index.php?system=news&action=read&id=466&page=716>. Acessado em 06 de junho de 2016. O Documento Final da 34ª Assembleia dos Povos Indígenas de Roraima realizada em fevereiro de 2005 no Maturuca denuncia também as práticas do Senador Mozarildo Cavalcante que tentam revogar direitos constitucionais: “Tal fato está patente no PL-188 e na PEC 38/99 de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti/RR, que contam com o apoio de parlamentares como Delcídio Amaral e com a articulação favorável do Ministro da Articulação Política, Aldo Rebelo”. Os parlamentares citados são dos partidos PT e PC do B.

⁶ Boletim informativo Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação : processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais.

Desde que foi demarcada e homologada a Terra Indígena Serra da Moça, as comunidades sentem a necessidade de revisão dos limites estabelecidos, como já estava previsto, pois, como apontado em várias cartas, ofícios enviados pelas lideranças da Terra Indígena Serra da Moça para instituições como CIR, Inera, Funai, é afirmado que muitos recursos naturais necessários para sobrevivência, tanto física, quanto cultural ficaram dentro das fazendas que ainda permanecem ao redor da mesma. E até mesmo as grandes plantações de Acácias que vêm degradando e ameaçando os recursos naturais indispensáveis para as Comunidades.

Proc. n.º 31970
 Fls. 200
 Rubrica 11

 FUNAI		TELEX N.º 005/CIRCULAR-SUAF/91		
		RADIO N.º		
n.º expedidor	n.º aparelho	data	hora da transmissão	iniciais do operador
		22.JULHO. 1991		
nome e endereço do destinatário				
1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª SUER e respectivas ADR				
texto a transmitir				
CONSIDERANDO O ARTIGO 7º DO DECRETO Nº 22 VG DE 04 DE FEVEREIRO DE 1.991 VG O QUAL DETERMINA QUE A FUNAI PROCEDERÁ NO PRAZO DE UM ANO VG À REVISÃO DAS TERRAS INDÍGENAS CONSIDERADAS INSUFICIENTES PARA A SOBREVIVÊNCIA DOS GRUPOS INDÍGENAS VG SOL ENVIAR COM URGÊNCIA RELAÇÃO DE ÁREAS NESSAS CONDIÇÕES VG FIM INCLUIR NA PROGRAMAÇÃO 2º SEMESTRE DE 1991 PT SDS JOSÉ JAIME MANCINI - SUPERINTENDENTE DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS				
SUAF/JJM/mh.				
assinatura e carimbo do operador				
 José Jaime Mancini Superintendente de Assuntos Fundiários SUAF/FUNAI				

Bla. 59x3 - 145x210

Respondido através RDG 542/ADM/BGS/25.07.91
 TLX 153/ADRPRT/23.07.91
 TLX 486/ADRAMB/26.07.91
 TLX 579/ADRCGR/30.07.91

Figura 10: Documento falando sobre a possibilidade de ampliação das terras indígenas demarcadas.
 Fonte: Processo Administrativo 28870.000919/1981-68

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

BETHONICO, Maria Bárbara de Magalhães. A política de demarcação de terras indígenas: o caso da terra indígena Boqueirão - Roraima - Brasil. GEOGRAPHIA (UFF), v. 23, p. 1-20, 2021.

CENTRO DE INFORMAÇÃO Diocese de Roraima. **Índios de Roraima: Macuxi, Tau-repang, Ingaricó, Wapixana**. Boa Vista, RR: CIDR, 1989.

CENTRO DE INFORMAÇÃO Diocese de Roraima. **Índios e brancos em Roraima**. Boa Vista, RR: CIDR, 1990.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. 2ª ed. Fapesp, Companhia das letras e Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índio no Brasil: história, direito e cidadania**. 1ªed. São Paulo. Claro Enigma, 2012

FARAGE, Nádia & SANTILLI, Paulo. **Estado de Sítio: territorialidade e identidade no vale do Rio Branco**: In: CUNHA, Manuela Carneiro (org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Fapesp, Companhia das letras e Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

FARAGE, Nádia. **As muralhas do Sertão**. Os povos indígenas no rio Branco e a Colonização. PPGAS (USP), 1986.

SANTILLI, Paulo. PemongonPatá: Território Macuxi, rotas de conflito. São Paulo. Ed. UNESP. 2001

PACHECO DE OLIVEIRA, João; QUINTERO, PABLO. Para uma antropologia histórica dos povos indígenas: reflexões críticas e perspectivas. Horizontes Antropológicos (online), v. 26, p. 7-31, 2020.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O Nascimento do Brasil e Outros Ensaios: Pacificação, regime tutelar e formação de alteridades**. 1. ed. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2016.

OLIVEIRA, João Pacheco (Org.). **A reconquista do território**. 1ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2022, v. , p. 11-36

REPETTO, Maxim . Movimentos Indígenas e Conflitos Territoriais no Estado de Roraima. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

RIBEIRO, Gilmara Fernandes. **Criadores de gado: Experiência dos Macuxi com o gado bovino**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia - Departamento de Antropologia, Universidade Federal de Roraima, 2018.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. **Garimpendo a Sociedade Roraimense: uma análise da conjuntura sócio-política**. Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento. Belém: UFPA, 1996.

VIEIRA. Jaci Guilherme. **Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima. A disputa pela terra-1777-1980**. Boa Vista, Ed. UFRR, 2007.

2º edição revista e ampliada. Boa Vista: Editora da UFRR 2014.

Documentos:

PROCESSO 28870.000919/1981 – 68 - **Identificação da área indígena Serra da Moça.**

PROCESSO Nº 28870.002054.1989-21 - **Homologação da TI Serra da Moça.**